Brasil: entre o fascismo social e o fascismo político

13/09/2021

“Como tudo sempre acaba,

oxalá seja bem cedo!”

Cecília Meireles

O Brasil está submetido a uma democracia de baixa intensidade, num regime social que oficializa a exclusão, através da fome e do abandono, de todas e todos que a dinâmica capitalista considera peças defeituosas da engrenagem de acumulação. Vive-se hoje “*em uma sociedade politicamente democrática e socialmente fascista*”. Donde se depreende a necessidade de, na Difícil Democracia, Reinventar a Esquerda, para lembrar o ensaio que Boaventura de Sousa Santos publicou pela editora Boitempo, em 2016. Ano em que o Parlamento, sob as vistas grossas do Judiciário, rasgou a Constituição no *impeachment* de uma presidenta honesta (Dilma Rousseff) – sem crime de responsabilidade. O Senado admitiu o erro, ao não retirar-lhe os direitos políticos. O fato foi secundarizado na mídia.

O estrago com o golpe parlamentar-jurídico-midiático, porém, foi consumado. Com o que a democracia trocou de categoria, de ruim para pior, e tornou-se de baixíssima intensidade. E seguiu descendo a ladeira, depois da aprovação da emenda constitucional que suspendeu por vinte anos os investimentos em educação e saúde. A nefasta obra se completou na entrega do órgão de poder responsável pela política monetária, o Banco Central, aos banqueiros e rentistas. Sem mencionar as terceirizações e a reforma do sistema previdenciário.

Em uma democracia de alta intensidade há um equilíbrio entre os ideais de liberdade individual e as políticas governamentais para potencializar a justiça social. Não é o que acontece, hoje. O presidente Bolsonaro fez da noção pervertida de liberdade o sinônimo da primazia do egoísmo no espaço público. De modo que o valor supremo do governo se manteve sempre distante do projeto civilizatório orientado pelo solidarismo. Ao contrário, converteu o “*estado de natureza*” hobbesiano em seu habitat natural: *homo homini lupus*:

a) Na política, ao defender os direitos individuais em contraposição aos direitos da coletividade, boicotando de forma deliberada as recomendações das autoridades sanitárias na pandemia, no que tange ao uso de máscaras e ao isolamento social, e promovendo frequentes aglomerações. Se fez publicidade da Hidroxicloroquina, com a divulgação de uma campanha que evitasse a propagação do vírus não gastou um centavo que fosse;

b) Na economia, por defender o *laissez-faire* do mercado à revelia dos interesses das maiorias. E abrir mão da estocagem de alimentos para regular o consumo interno, em proveito das exportações favorecidas pelo câmbio (dólar alto, real baixo). Isto é, deixou de fazer o certo em uma crise econômica para proteger a

segurança alimentar da população.

O resultado foi a elevação dos preços, por exemplo, da carne e frango em supermercados, o que contribuiu para a inflação de dois dígitos. Não à toa, ruralistas estão empenhados em sustentar o ímpeto golpista da "*familiciana*". Dispostos, inclusive, a arregimentar caminhões das empresas do agronegócio, com lastro de trabalho escravo, crimes ambientais e conflitos agrários, – para gerar o caos propício à decretação de um Estado de emergência: "*agro é tech, agro é pop, agro é tudo*"… Para quem, com vezo colonial-escravista, pensa o país como entreposto comercial, o *slogan* é perfeito. O bem comum da nação é nada. Óbvio.

Fascismo social

O fascismo social se enraíza em sociedades de proteção esquálida às classes subalternas, onde o capitalismo não sofre regulação e impera o darwinismo socioeconômico; a fome atinge dezenas de milhões de famílias que não conseguem assegurar o mínimo para a sobrevivência de seus filhos e não reúnem meios para planejar o futuro; os trabalhadores são precarizados e jogados nas esquinas da informalidade; as aposentadorias são indignas e o ensino superior um privilégio de raros jovens de extração popular; o racismo colonialista e o sexismo patriarcal andam de mãos dadas; a lgbtqia+fobia provoca a violência contra a sexualidade não hegemônica e as relações sociais recendem a dialética autoritária da dominação *vs.* subordinação; o religioso com cuidado assistencial ao "*povo da rua*" é agredido pela falta de empatia da deputada projetada no antipetismo e; critérios talibãs são usados para indicar membros obtusos em ministérios e candidatos à vaga na Alta Corte. Qualquer semelhança com esse país macunaímico não é coincidência. O tripé capitalismo / colonialismo / patriarcado, sob a égide do neoliberalismo, expulsa do contrato social classes, países e continentes inteiros dos valores civilizacionais e dos inalienáveis direitos humanos.

Nisso, consiste a dimensão do *apartheid* inerente à gramática fascista, que divide as cidades entre os habitantes beneficiados pelo contratualismo com garantia à vida, à propriedade e à liberdade, sob o manto das instituições estatais e dos equipamentos urbanos e, no reverso, os que padecem o esquecimento atirados aos lobos (sem Estado), em geral concentrados nas periferias (com Deus). As quais são subjugadas pelo poder de mando de autoridades paraestatais, erigidas pelo narcotráfico e pelas milícias, com regras fora da ordem legal. No andar de cima, os civilizados. Nos porões, em que tudo é permitido e prevalecem o silêncio e a pena de morte em linchamentos – os selvagens, os vulneráveis, os dispensáveis.

O fascismo social tem também uma face filantrópica e outra territorial. Nas "*pessoas de bem*", a filantrópica se insurgiu contra a obrigação de cumprir a legislação trabalhista ao empregar serviços domésticos e assistir o ingresso de dependentes das empregadas nas universidades públicas. A estética cinematográfica de Que Horas Ela Volta?, dirigida por Anna Muylaert, que disputou o Oscar de melhor filme estrangeiro (merecia ter ganho), retratou com talento as desigualdades sociais. O descontentamento adveio de direitos conquistados por políticas públicas para o que, antes, decorria da generosidade dos patrões. Já a face territorial fascista exprimiu a contrariedade com as cotas étnico-raciais e a crítica à transformação (*sic*) dos aeroportos em rodoviárias. "*As vítimas do fascismo social não são tidas como plenamente humanas por quem impunemente pode agredi-las e explorar*", conforme Boaventura (Revista IHU, 08/12/2016). Vítimas não têm o direito a ter direitos.

A fascistização da sociedade dá prosseguimento ao genocídio dos povos originários, com a liberalização de suas terras para a devastação florestal pelo garimpo e a agropecuária extensiva. O "*marco temporal*" pretendido pelo desgoverno em curso leva ao ápice a extinção de nações tribais na Amazônia. Em Bolsonaro, o epíteto de genocida não é figura de linguagem, mas uma caracterização correta sobre a conduta de um (dem)ente público: seja no tratamento da doença pandêmica com a estratégia da imunidade de rebanho (pela contaminação, não pela vacinação), seja na maneira como "*deixa passar a boiada*" sobre o o pulmão do mundo. A luta pela emancipação popular precisa enfrentar a necropolítica neoliberal, que se beneficia da expansão fascistizante. O alerta de Felix Guattari (Cult, setembro 2021) procede: "*Deveríamos abandonar definitivamente as fórmulas demasiado fáceis, do tipo 'o fascismo não passará'. O fascismo já passou e não para de passar*". A memória da chacina no Jacarezinho, na Cidade Maravilhosa do Rio de Janeiro, pelas forças policiais remuneradas pelo erário, serve de prova para o convencimento dos céticos.

Fascismo político

O termo fascismo vem do latim *fascio* (feixe), símbolo de união herdado do Império Romano representado por um machado envolto num feixe amarrado. Na condição de corrente política, surgiu na Itália em 1919 e perdurou até 1943. Ideologicamente, posicionou-se contra o socialismo e o liberalismo. Em lugar do voto das individualidades, consagrado pelo ideário liberal, propunha o voto por corporações. Tinha por lema: "*Crer, Obedecer, Combater*". Tradução: Crer na Tradição, Família. Propriedade. Obedecer à Hierarquia Político-Militar. Combater pela Pátria e pelo Líder (e o clã, *por supuesto*).

Entre os traços que distinguem o fascismo está o *totalitarismo*, o controle da vida privada e nacional; o *autoritarismo*, encarnado no guia-mor cujas orientações são indiscutíveis posto que é o farol que ilumina o caminho que conduz à salvação; o *militarismo*, fiador da solução para os problemas e as controvérsias de caráter político-ideológico e; a *hierarquização*, para que os mais fortes possam assumir o controle da sociedade. O nazismo acrescentou ao indigesto caldo de cultura bárbara o *antissemitismo*, que projetou o holocausto e o espectro totalitário internacionalmente. Poucos observadores anteciparam a crise que iria se alastrar por toda a Europa e chegar aos trópicos com o Integralismo, liderado por Plínio Salgado. Agora – *hélas* – renasce das cinzas em ambos os hemisférios. Sem que se tenha equacionado a polêmica teórica que opõe os que enxergam uma incompatibilidade indômita entre os sistemas totalizantes (que fundem a esfera do privado com a do público) e a lógica do capitalismo, por um lado. Por outro, os que compreendem que a formatação totalitária adequa-se como uma luva aos fins imperialistas do capitalismo monopólico. *La nave va.*

Tais são alguns dos elementos que compõem a subjetividade dos fáscios. Permitem entender o uniforme disciplinador (verde-amarelo, no bolsonarismo) que enfeixa suas manifestações, como uma farda esttilizada. A *disciplina* faz parte do leque de tipologias e abordagens analíticas sobre o fascismo histórico, de acordo com o Dicionário de Política (Universidade de Brasília), organizado por Norberto Bobbio *et alli*. Não admite a formação de desídias no movimento, por definição, homogêneo e compacto. Sacrifica os núcleos dissidentes da tônica expressa pelo Grande Irmão: *L'État C'est Moi*, parafraseando Luiz XIV. O impacto visual nas ruas decorre da lembrança infantil, sob a ditadura civil-militar, no Brasil pós-64, acerca dos desfiles escolares de comemoração patriótica em cada sete de setembro. O fenômeno tem evidentes singularidades nacionais, italianas, alemãs, portuguesas, espanholas… E universalidade, apontou Umberto Eco, em O Fascismo Eterno (Record).

Historicamente, nas origens dessa eclosão irracionalista da política está um momento emblemático do capitalismo, com o acirramento da luta de classes e o agravamento da exploração dos trabalhadores. Trata-se do despotismo aberto da burguesia sobre a comunidade nacional, sem a mediação institucional dos partidos políticos, das casas legislativas e das instâncias da República, como o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no caso brasileiro. Para alguns, o fascismo é a revolta da pequena-burguesia, que fornece quadros e bases sociais para encorpar o movimento. Não obstante, sem desenvolver um programa com autonomia das antigas classes dominantes.

A classe média seria a massa de manobra instrumentalizada pelos desígnios do grande capital – contra os trabalhadores, os pobres, os oprimidos. "*Bolsonaro tem como estratégia uma nova localização do capitalismo brasileiro no mundo em uma aliança com uma fração do imperialismo norte-americano contra a China. O plano de recolonização repousa na expectativa de que as inversões estrangeiras são a chave para a retomada do crescimento econômico*", avalia Valério Arcary no artigo O Grito da Paulista (A Terra É Redonda, 10/09/2021). O *putsch* imaginado para o Dia da Independência não venceu. Entrementes, não está derrotado, como supõem os que colorem de otimismo a dura realidade concreta.

É um equívoco catalogar como meras ilustrações de "*loucura coletiva*" a mobilização de multidões sob as bandeiras fascistas, como faz José de Souza Martins ao denunciar a atualidade da Tirania do Medo (Valor Econômico, 10/09/2021): "*A facilidade irresponsável com que o governante daqui atrai e aglutina gente medrosa é notória tanto em suas bravatas, quanto nas bravatas dos que são por ele atraídos*". Hitler e Mussolini, de início, foram acusados de demagogos, chefes de torcida organizada, bufões, histéricos,

bravateiros. Melhor fez a revista Carta Capital (15/09/2021) para a tomada de consciência sobre o risco de se estenderem os tentáculos do fascismo político, quando define o impasse à espreita: "*Apesar de tudo, Bolsonaro ainda tem apoiadores fanáticos capazes de dar-lhe sobrevida até à eleição, e o país que se moa*". Eu não creio em bruxas, mas que existem, existem.

Para derrotar o fascismo

No arco da esquerda, os partidos políticos que se recusaram participar do ato convocado pelo Movimento Brasil Livre (MBL) e pelo Vem Pra Rua, em 12/09. estavam corretos no posicionamento. Uma, porque não estiveram na preparação e não consensuaram pontos mínimos para uma Frente Única contra o bolsonarismo. Duas, porque a chamada "*Nem Bolsonaro, Nem Lula*", que prevaleceu na prática embora retirada do texto convocatório, não estimula a unidade das oposições com respeito às diferentes identidades partidárias. Tampouco sintetiza com correção a agenda de enfrentamento na conjuntura. O obstáculo à unidade está na contabilidade dos organizadores do evento. O fracasso da iniciativa, de Norte a Sul, idem. As juras de amor à "*terceira via*" não tocam o coração do Brasil, em especial se partem de segmentos que contribuiram para criminalizar a política e efetuar o golpe que abriu uma avenida para a ascensão da extrema-direita. Àqueles e àquelas que, agora, desembarcam do pesadelo gerado conviria calçar as chinelas da humildade.

Para derrotar o fascismo é importante formar um bloco que junte os socialistas e os democratas na defesa do Estado de Direito Democrático, sem que ninguém esteja constrangido a integrar o cortejo antifascista nas últimas fileiras da passeata, por vergonha. Ou vestir outras cores que não as suas, por imposição. A política frentista exige maturidade do conjunto plural dos manifestantes – para evitar os atritos registrados em Belo Horizonte e a sucessão de atos esvaziados, que acabaram por viralizar nas redes sociais #DerreteMBL.

Haverá quem se contente com fortalecer os alicerces da democracia representativa e as instituições que dão suporte ao *establishment*, deixando entre parênteses as reformas que podem efetivamente democratizar a política, a economia e a cultura na sociedade, assim como implementar instrumentos de combate aos desmatamentos e de preservação do meio ambiente. Haverá quem almeje um passo maior para, além de incluir os pobres no Orçamento da União e os ricos no Imposto de Renda, revisar a "*privataria*" em andamento, o desmonte da Petrobrás e a política de alinhamento automático aos Estados Unidos em termos geopolíticos. Mas, estas, não são questões a serem debatidas na formação do bloco antifascista. Concernem ao perfil programático das partes e não ao vetor de unificação das aspirações políticas sob o denominador comum. Muita calma nessa hora, *compagni*.

Em um poema, Bertolt Brecht comenta: "*Quando se está até o pescoço num charco / De dívidas, num Estado destes, não se pode tolerar!*". É preciso um basta no que está aí. "*Andar de barco…? / Fico-me a olhar pra isso há já um bom par de anos… / Cuspo de nojo, sim, mas que tenho eu ainda a ver c'o charco?!… / Vejo com toda nitidez para onde vamos… / É pra aí que vamos?*" A pergunta importa mais que as possíveis respostas.

O desafio geral cimenta a experiência democrática de resguardo dos princípios conformadores dos distintos projetos, que compartilham a disputa pela hegemonia "*dentro das quatro linhas*" da Carta Magna de 1988. As classes sociais que desenham o mapa socioeconômico nacional não alimentam um consenso irrestrito sobre os procedimentos em face dos métodos de ação (tática) e dos propósitos a serem alcançados (estratégia). Como no ditado, no andar da carroça é que as abóboras se encaixam. No percurso, a população terá a oportunidade de avaliar cada uma das plataformas apresentadas para a sociedade e o Estado no caleidoscópio político. O compromisso está em ressaltar o engajamento imediato na luta contra Bolsonaro e o bolsonarismo. Ameaças, que são, à ideia de civilização, à possibilidade de diálogo em clima de tolerância, à existência do pluralismo político e da diversidade étnica, social, sexual, religiosa. Venceremos. Sem vaidades exacerbadas. Sem sectarismos.

- ***Luiz Marques*** é professor da UFRGS, doutor pelo Institut D'Études Politiques de Paris (Sciences Po), ex-secretário de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul (Governo Olívio Dutra)

- Publicado na Teoria e Debate

- Foto: Alan Santos/PR

Compartilhe nas redes: